

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8230 PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA****PROCESSO DE SELEÇÃO - EDITAL Nº 188/2022**

CONSULTOR POR PRODUTO
DATA DE CRIAÇÃO: 08/11/2022

1. PROJETO

Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do PNE.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 RESULTADOS

Resultado 1.3 - Métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das Transferências Discricionárias e Projetos pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

2.2 ATIVIDADES

Atividade 1.3.3 - Desenvolver propostas de revisão dos processos e ações utilizados na implementação das transferências discricionárias e projetos com vistas ao melhor desempenho da missão do FNDE no alcance das metas e estratégias para o novo ciclo do PNE.

3. JUSTIFICATIVA

A missão do FNDE presume sua atuação de modo colaborativo com diversos atores, sendo a adequada interlocução com esses atores primordial para que os objetivos institucionais sejam alcançados. Compreender as necessidades e a percepção desses atores em relação à atuação do FNDE é fundamental para propor melhorias e fortalecer a governança.

A análise qualitativa e quantitativa das demandas recebidas no FNDE e das condições com que são prestados atendimentos antes, durante e depois da interlocução com atores parceiros é caminho que permite conhecer o ambiente do atendimento e, sobretudo, riscos e oportunidades de melhoria.

Os resultados dessas análises propiciam: a) qualificação das equipes dedicadas aos atendimentos b) definição de metodologias e construção de materiais de referência c) aprimoramento da carta de serviços ao cidadão d) melhoria da gestão do conhecimento, promovendo maior eficiência nos atendimentos e) redução de riscos de conflito de informação e f) fortalecimento dos princípios inerentes à atividade.

A partir do cenário já delineado em produtos anteriores, verifica-se que cerca de 70% das demandas recebidas nos atendimentos realizados na Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos (DIGAP) dizem respeito ao pedido de pagamentos de parcelas de obras e dos demais itens cadastrados no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR. Diante disso, faz-se necessário o delineamento do cenário de atendimentos ante a capacidade administrativa, orçamentária e financeira da Autarquia para dar vazão às demandas realizadas.

Para isso, duas dimensões do atendimento precisam ser devidamente observadas: aquela relacionada ao aspecto qualitativo dos atendimentos realizados e aquelas relacionadas ao aspecto orçamentário e financeiro, mais resolutivo, das demandas recebidas, atribuída a profissional de áreas de administração. Em ambos os

casos, é fundamental que se conte com experiência nas respectivas áreas de formação, bem como com conhecimentos técnicos do funcionamento dos sistemas do FNDE que permitem a extração dos dados que subsidiarão as análises e relatórios a serem apresentados pelos consultores.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Gerar subsídios para o estabelecimento de diretrizes e ações de comunicação por meio da análise detalhada das demandas apresentadas à Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos (DIGAP), bem como dos atendimentos realizados baseado nas demandas oriundas do Plano de Ações Articuladas, visando o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

5.1 Especificação (Consultor 1)

a - Elaborar relatório dos termos de compromisso vigentes que aguardam adoção de providências por parte do FNDE ou por parte dos gestores municipais para que a execução orçamentária e financeira seja concluída.

b - Analisar os resultados das demandas encontradas, apresentando estudo propositivo que possibilitem uma apresentação estratégica das demandas e das soluções apresentadas.

6. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

A. Formação Acadêmica

A.1 Formação acadêmica (Consultor 1)

Formação acadêmica

Diploma de conclusão de curso superior em relações públicas ou administração, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

Pós-graduação em relações públicas, comunicação, gestão pública ou ciência política, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

B. Exigências Específicas

B.1 Exigências específicas (Consultor 1)

Obrigatório experiência comprovada de 5 anos em cargos de nível superior em órgãos públicos.

Desejável experiência comprovada em consultorias em organismos internacionais.

7. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS

7.1 Produtos (Consultor 1)

Qtd. Parcelas: 8

| ENQUADRAMENTO | DESCRIÇÃO DA PARCELA | VALOR DA PRAZO DE PARCELA | ENTREGA |
|---------------|----------------------|---------------------------|---------|
|---------------|----------------------|---------------------------|---------|

| | | | |
|-------|---|------------------|--|
| 1.3.3 | Documento técnico A Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no terceiro ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares nos anos de 2017 a 2020, para os estados BA, CE, AL, SE, MA, RN e PB incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados. | R\$ 20,600.00 | 30 dias após a assinatura do contrato |
| 1.3.3 | Documento Técnico B - Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no terceiro ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares nos anos de 2017 a 2020, para os estados PI, AL, DF, MG ES, RJ e SP incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados. | R\$ 20,500.00 | 60 dias após a assinatura do contrato |
| 1.3.3 | Documento Técnico C - Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no terceiro ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares nos anos de 2017 a 2020, para os estados RR, RO, AM, AC, PA e AP e TO incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados. | R\$ 13,150.00 | 120 dias após a assinatura do contrato |
| 1.3.3 | Documento Técnico D - Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no terceiro ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares nos anos de 2017 a 2020, para os estados MT, MS, GO, PR, RS e SC incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados. | R\$ 13,150.00 | 150 dias após a assinatura do contrato |
| 1.3.3 | Documento Técnico E Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no quarto ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares para os anos de 2021 a 2024, para os estados BA, CE, AL, SE, MA, RN e PB incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados. | R\$ 13,150.00 | 190 dias após a assinatura do contrato |

| | | | |
|-------|---|---------------|--|
| 1.3.3 | Documento Técnico F Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no quarto ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares para os anos de 2021 a 2024, para os estados PI, AL, DF, MG ES, RJ e SP incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados. | R\$ 13,150.00 | 230 dias após a assinatura do contrato |
| 1.3.3 | Documento Técnico G Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no quarto ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares para os anos de 2021 a 2024, para os estados RR, RO, AM, AC, PA e AP e TO incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados. | R\$ 13,150.00 | 280 dias após a assinatura do contrato |
| 1.3.3 | Documento Técnico H - Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no quarto ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares para os anos de 2021 a 2024, para os estados MT, MS, GO , PR, RS E SC incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados. | R\$ 13,150.00 | 330 dias após a assinatura do contrato |

8. VALOR GLOBAL

R\$ 120.000,00

9. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO

Consultor 1 Brasília/DF

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

Data de Início: Data da assinatura do contrato

Período até: 1 ano

Data de Término: 02/12/2023

11. NÚMERO DE VAGAS

Número de vaga 1 - (Consultor 1)

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Experiência Profissional

Pós-graduação em relações públicas, comunicação, gestão pública ou ciência política, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação. Pontuação Máxima: Especialização: 10 pontos, Mestrado: 15 pontos e Doutorado: 20 pontos.

Experiência em cargo de nível superior 4 pontos para cada ano de experiência além do obrigatório. Pontuação Máxima: Até 20

Experiência em consultorias no âmbito da administração pública federal. 10 pontos por ano.

Pontuação Máxima: Até 20

Entrevista

Domina os assuntos relativos à sua contratação: será elaborado um teste com 4 questões sobre as ações relacionadas ao FNDE, valendo 2,5 ponto cada uma. Pontuação: Até 15

Comunicação e interlocução durante a entrevista, considerando-se as habilidades no uso dos conhecimentos de suas experiências profissionais anteriores em matéria educacional. Pontuação: Até 15

Demonstra disponibilidade e interesse especial no trabalho desenvolvido pelo órgão contratante nas políticas de melhoria da educação. Pontuação: Até 10

13. CONSIDERAÇÕES

Processo seletivo

a)A realização do Processo Seletivo é feita por comissão de seleção instituída especificamente para este fim.

b)A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

c)A seleção simplificada é pautada pela análise de currículos e entrevista, conforme segue:

Primeira Etapa Análise de Currículos PC

a)nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos, conforme pontuação especificada neste Termo de Referência

b)serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos no edital

c)as convocações para a entrevista seguirão o critério de obtenção de maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos, incluindo os casos de empate.

Segunda Etapa Pontuação de Entrevistas PE

a)A etapa de entrevista será realizada conforme planejamento da Comissão de Seleção, observando os critérios do Termo de Referência e os princípios da Administração Pública Federal

b)A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência. Neste caso, as entrevistas poderão ser gravadas.

- c) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato
- d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.
 $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$
- e) em caso de empate na Pontuação Total, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
 - i) obtiver maior tempo de experiência de trabalho em atividades relacionadas diretamente ao perfil exigido neste Termo de Referência
 - ii) obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada.

Considerações Gerais

Os produtos deverão ser entregues, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

O consultor deve ter disponibilidade para executar atividades no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em horário comercial, para que tenha acesso às informações necessárias à elaboração dos produtos propostos.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

14. PROTEÇÃO DE DADOS

De acordo com a legislação europeia de proteção de dados em vigor no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, os dados pessoais fornecidos pelo PROVEDOR/EXPERTO/DOCENTE/CONSULTOR também poderão ser processados pela Secretaria Geral da OEI domiciliada em Madri (Espanha) em C/Bravo Murillo 38 (CP 28015) a fim de justificar as despesas e cumprimento das disposições das normas indicadas. Esse processo será realizado por meio dos dados do contrato que são enviados para a plataforma de gerenciamento de projetos da OEI e para o Sistema de Planejamento de Recursos Empresariais (ERP) da OEI, cujos servidores estão alojados em território da União Europeia, e aos quais somente pessoas autorizadas pela Secretaria Geral terão acesso.

Esse procedimento será realizado exclusivamente para a execução do contrato e os dados serão mantidos pelo tempo legalmente previsto para fins de arquivamento e auditoria. Os mesmos não serão compartilhados com terceiros, exceto por obrigação legal. O contratado tem o direito de retirar o consentimento para processar os dados a qualquer momento e que, se exercer esse direito, o contrato terá que ser rescindido nos mesmos termos estabelecidos por ele, uma vez que o processamento dos dados é essencial para a execução do contrato. Da mesma forma, o PROVEDOR/EXPERTO/DOCENTE/CONSULTOR também pode exercer os direitos de acesso, retificação, exclusão e portabilidade de seus dados e os de limitação ou oposição ao tratamento através do endereço de e-mail: proteccion.datos@oei.int, comprovando devidamente sua identidade. Em qualquer situação, o contratado tem o direito de apresentar uma queixa à Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD).